

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 19ª
(DÉCIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 21 DE MARÇO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 14ª Sessão Ordinária.

- Ata da 15ª Sessão Ordinária.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme o disposto no art. 109, § 4º do Regimento Interno, esta Presidência vai suspender os trabalhos por 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 15h18min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a presente sessão.

Quero aqui dar as boas-vindas aos nossos irmãos e irmãs policiais civis. Continuamos atentos às mentiras do Sr. Governador, que está achando que nós vamos nos desmobilizar com as promessas dele de reunião. Deixando bem claro: Nós não queremos reunião, nós queremos proposta e que ela seja encaminhada ao Governo Federal. Já deixei bem claro, como Líder do meu bloco, que não saio da obstrução enquanto o Governador não encaminhar essa proposta. Podem ter certeza absoluta de que esse é o encaminhamento que continuaremos a fazer. Existe aí uma proposta que foi solicitada pelo nosso Presidente, juntamente com a Mesa Diretora, que é uma exceção, mas nada tem a ver com a saída da obstrução e muito menos com projeto de interesse do governo que daqui a pouco será devidamente encaminhado.

Com relação aos projetos do governo, nós não abriremos mão. Até porque ontem, mais uma vez, Sr. Presidente, V.Exa. foi testemunha de que o Governador sinalizou que marcaria uma reunião e nem satisfação deu, o que demonstra uma postura de desrespeito com os policiais civis. Se é assim, nós também saberemos dar resposta à altura.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero mais uma vez saudar aqui os policiais civis que estão nesta Casa. Mais uma vez, quero lamentar que esse processo ainda esteja lento. Infelizmente o Governo do Distrito Federal, o Governador Rodrigo Rollemberg não senta com a categoria, e isso é muito ruim. É um momento em que a cidade passa por uma situação muito difícil em todos os pontos, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político, da violência, além desse descaso com essa categoria importante. Fica aqui minha solidariedade. Estamos juntamente com o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Cláudio Abrantes, o Presidente e demais

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

Deputados aqui dialogando e pedindo que o governo trate vocês com mais carinho, com a atenção que vocês merecem.

Mas eu venho aqui a esta tribuna hoje falar sobre a audiência pública que aconteceu no Núcleo Bandeirante nesta manhã, Deputado Wellington Luiz. Havia aproximadamente quinhentas pessoas. Essa audiência foi proposta pelo Deputado Wasny de Roure e por nosso gabinete para tratar a questão do posto de saúde que há 35 anos funcionava vinte e quatro horas. Desde janeiro que a Secretaria de Saúde fechou, parou esse atendimento, trazendo um enorme prejuízo para aquela população. Eram muitas lideranças, muitos aposentados, muitos servidores indignados com aquela situação. Quem precisa de uma emergência tem que correr, vir aqui ao Plano Piloto tentar os hospitais daqui, o Hospital de Base, enfim. Então, o que a população quer, Deputado Wellington Luiz, Deputada Luzia de Paula, Deputado Chico Vigilante, é que o governo reabra, que deixe aquele posto de saúde funcionando vinte e quatro horas. O governo está aí querendo aumentar as equipes da saúde da família. A população não tem nada contra, acha inclusive que isso será extremamente positivo, mas querem aquele posto de saúde, até porque eles elogiavam muito o atendimento que havia ali.

Foi uma audiência extremamente tensa. A população cobrou muito do representante da Secretaria de Saúde que estava lá, o Dr. Marcus, que é da atenção primária, mas, enfim, o próprio Dr. Marcus, a secretaria não deu perspectiva nenhuma de o governo voltar atrás e reabrir aquele posto de saúde tão necessário não só para aquela comunidade do Núcleo Bandeirante, mas também as da Candangolândia e do Riacho Fundo. Fica aqui o apelo ao Líder do Governo – que não está aqui, enfim. Que o secretário possa levar isso ao Governador. Como encaminhamento, saiu uma posição de uma comissão com o administrador Roosevelt para a gente procurar o Governador e fazer um debate político com ele no sentido de que volte atrás dessa decisão. Espero que essa reunião não demore como está demorando a reunião com os policiais civis, Deputado Wellington Luiz, senão não saberemos quando isso vai acontecer.

Também quero parabenizar. Felizmente eu estava lá no Núcleo Bandeirante, mas, em nome da nossa bancada, a decisão dos professores, das categorias que estiveram hoje no ato, pela manhã, de continuar em greve contra essa reforma da Previdência e contra essa reforma trabalhista, que ainda é pior do que a reforma da Previdência. Os professores, Deputada Telma Rufino, resolveram continuar em greve lutando para que esse crime com a nossa população, seja aqui no Distrito Federal, seja no País, não ocorra. É preciso que esse Governo Temer, que infelizmente usurpou o poder no País para fazer uma série de reformas nefastas, prejudiciais principalmente para a classe trabalhadora, reveja essas reformas antes que o Congresso Nacional, os Deputados e Senadores levem adiante essas propostas que serão extremamente prejudiciais para os trabalhadores.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

Então, ficam aqui os meus parabéns aos servidores públicos do Distrito Federal, aos professores que resolveram continuar bravamente em greve contra essa reforma da Previdência e contra a reforma trabalhista. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Antes de transferir a Presidência para a Deputada Telma Rufino, já que eu vou fazer uso da palavra nos Comunicados de Líderes pelo meu bloco, eu quero justificar a ausência do Deputado Rafael Prudente por licença médica. Encontra-se aqui o atestado médico. Eu gostaria de solicitar que ele fosse anexado. Obrigado, Marcelo. E da mesma forma, o Deputado Wasny de Roure. A gente deseja a ambos o pronto restabelecimento. Quero dizer que o Deputado Rafael Prudente, por telefone, já disse que continuará em obstrução conforme indicação do bloco. Então, não altera nada. Ele continua com a gente.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Antes de mais nada, damos as boas-vindas a todos os policiais. Queria da mesma forma dar as boas-vindas ao Presidente e Vice-Presidente do Sinpol, Gaúcho e Paulo, e aos representantes do Sindapo, Rafael Sampaio, Benito Tiezzi, José Werick. Não estou vendo-os aqui, mas há pouco estavam. Enfim, sejam bem-vindos todos os representantes dos policiais civis que aqui se encontram.

Presidente, mais uma vez, a gente é surpreendido com as ações desse Governador. Ontem nós fizemos na reunião da Mesa Diretora uma tentativa de encontrar uma solução pelo diálogo com o Governador. Para surpresa nossa, ontem, nós Parlamentares – é bom que os policiais saibam disso – fomos desconvidados da reunião que haveria com os policiais civis. Desconvidados de uma reunião que nem aconteceu. Vamos vendo qual é a postura do Sr. Governador Rodrigo Rollemberg. Não faço questão nenhuma de estar presente na reunião do Governador, até porque eu sei que nessa reunião nós vamos estar muito bem representados pelas entidades de classe. Mas nós fazemos muita questão de saber o que está acontecendo lá dentro, até porque eu tenho uma tribuna. Eu fui eleito para usar a tribuna, e tenho a voz, e nós temos a mobilização da categoria para poder impedir os desmandos desse Governador. Se ele acha que vai continuar empurrando com a barriga, enrolando a todos nós policiais civis, ele está enganado. Porque isso está tendo um custo muito alto. A violência está crescente no Distrito Federal. O sangue dos inocentes está sendo derramado, mas parece que o Governador não está muito preocupado, não. Coloca uma secretária de segurança que não tem nenhum compromisso com Brasília. Ignora a situação dos policiais civis, desmantela o aparelhamento de segurança pública do Distrito Federal. E simplesmente esquece que tem compromisso com os

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

policiais civis do Distrito Federal, compromisso que foi feito por ele durante a campanha e reafirmado depois de eleito. Depois aqui, Sr. Presidente Deputado Joe Valle, eu e V.Exa. avalizamos a retomada das negociações.

Esta Casa não pode se omitir, nem pode negligenciar diante de tamanhas mentiras do Sr. Governador. Agora, novamente, dá birra. Não quer que o Deputado Wellington Luiz nem a Deputada Celina Leão participem das reuniões, porque dizemos aquilo que ele não quer ouvir, e se esquece de que é um Chefe de Estado, ou pelo menos deveria agir como um.

Sr. Governador, se o senhor não quer ouvir o que está ouvindo, então aja como Chefe de Estado, tenha postura de Governador e cumpra os seus acordos. Eu tenho certeza, nenhum policial civil estaria aqui hoje. Eles estariam na rua fazendo aquilo de que mais gostam, que é botar bandido na cadeia. Mas V.Exa. não quer isso! O que V.Exa. quer é tripudiar sobre os policiais civis; o que V.Exa. quer é desonrar homens e mulheres de respeito, e nós não vamos deixar. Eu tenho certeza, esta Casa não vai ficar de joelho. Eu não acredito que 24 Parlamentares eleitos pelo povo, pelo voto das pessoas que acreditaram em nós, aceitarão isso.

Todo mundo sabe o que o governo está fazendo: desmarcando reuniões para tentar humilhar esta Casa, desconvitando Deputados. Não é possível que os Parlamentares aqui ignorem. Deputado Delmaso, sei que V.Exa. não tem culpa nenhuma. Aliás, eu diria que o Líder do Governo hoje aqui é vítima, passa a ser vítima, com todo o respeito. Deputado Delmaso, um homem como V.Exa. nunca seria digno de dó, mas ser Líder de Governo, hoje, às vezes dá até dó, Deputado, porque sofre muito. Ainda bem que V.Exa. tem couro grosso e aguenta. Mas vou dizer uma coisa a V.Exa.: é vergonhosa a postura desse Governador, é lamentável.

Volto a dizer, Deputado Delmaso: ontem eu vi o empenho de V.Exa. em tentar marcar uma reunião, em tentar apresentar uma solução. Ele não se dignou em dar uma resposta a V.Exa. A mim, não precisa, não. Eu sou Deputado de Oposição. Mas aos Deputados da Base, ao Líder do Governo, não deu uma única satisfação. Que consideração e respeito esse Governador tem com os Deputados da Base, Deputado Ricardo Vale? Nenhuma! Não precisa ter por mim, até acho bom que ele fique bem distante, como eu quero ficar dele, e ele quer ficar de mim. Mas de V.Exas. que têm o papel de fazer aproximação com esta Casa, eu acho que está meio distante. Acho que o Governador tem que aprender um pouquinho mais a governar e a dialogar.

Enfim, quero aqui mais uma vez pedir aos nobres companheiros, às Deputadas e Deputados. Deputado Agaciel Maia, tenho certeza absoluta de que vem uma boa notícia. Meu coração até palpitou aqui, e nem vou completar. Eu acho que vem uma boa notícia. Peço a atenção dos nobres policiais ao Deputado Agaciel Maia. Deputado, acreditamos muito em V.Exa. e sei do seu empenho. O Deputado Agaciel Maia tem sido nosso companheiro e tem tentado buscar solução. Se Deus quiser,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

poderá, juntamente com o Deputado Delmasso, encontrar uma solução e abrir a cabeça do Sr. Governador.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, se todas as categorias tivessem um representante aqui na Câmara como V.Exa., elas estariam muito bem representadas. V.Exa. é guerreiro e tem se mostrado um parlamentar da melhor estirpe, companheiro que defende fervorosamente os seus pontos de vista. V.Exa. sabe que nesse assunto de segurança, eu sempre respeitei os representantes da categoria. Como membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sobre qualquer questão, eu sempre os convidei em respeito. Nunca tomei nenhuma decisão sem ouvi-los, porque sou de uma escola política de “cada um no seu quadrado”. Então, quem conhece de segurança é o Deputado que viveu, que sofreu, que lutou durante tantos anos dentro da área de segurança.

No meu ponto de vista, acho que existe uma série de erros, não só de parte de algumas categorias de servidores, mas principalmente na área de saúde – depois tratarei especificamente da área de segurança –, na qual houve um enfrentamento entre sindicatos e governo. Digo isso porque eu completei 40 anos de serviço público como servidor de carreira do Senado. Fiquei na janela durante quatro décadas.

Algumas pontes que são necessárias entre a representação sindical e o governo, principalmente na área de saúde, foram destruídas. Por quê? Primeiro, uma representante do sindicato gravou, teve aquele rolo todo, andou gravando autoridade e tal, e isso esgarça o relacionamento porque fica faltando credibilidade entre a parte sindical e o governo. Ficam os dois com medo um do outro. O outro, o próprio representante da categoria, que foi candidato pelo partido do governador, depois rompeu com o governador. O governador puniu, não sei se puniu no partido, então esgarçou. Quer dizer, explodiram as pontes que faziam a interface entre o governo.

Eu digo que o governo sempre é mais forte do que nós. Institucionalmente, é mais forte, tem mais poder. O governo passa; os servidores, não. Então, os problemas do governo passam de governo para governo. Os problemas de servidores ficam com cada um dos servidores. Eu acho que a maneira mais inteligente, tratando especificamente da segurança, é que precisamos construir.

Não aprovo essa atitude de segregar representantes da categoria que sejam do Legislativo em reunião. Eu digo isso porque V.Exa. sabe que eu defendo pontos de vista quando os projetos são da população e não do governo. O projeto de segurança é da população; necessariamente não é de governo, nem mesmo de categorias. A segurança de Brasília é da população. Eu acho que o mais adequado – tenho dito isso, e também não consigo entender por que o governador não a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

mandou ainda – é essa exposição de motivos para a Presidência da República, para transformá-la em mensagem. Da mensagem, é transformada em projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional para discussão. Eu acho que é necessário.

Já se tem informação de que os policiais de algumas unidades da Federação ganham mais do que os de Brasília. Parece que em Sergipe os policiais ganham mais. Os policiais de Brasília não podem ganhar menos porque nós somos a Capital da República, têm que ganhar mais. Brasília, além de todo o aspecto de dar residência a todas as autoridades de tribunais e do parlamento, ainda tem 126 representações diplomáticas. Então, não dá para comparar a segurança de Brasília com a segurança de outros estados.

Acho que o mais inteligente, para que possamos sair desse impasse, é construirmos uma exposição de motivos, com um quadro comparativo: o que a Polícia Civil representava no início do Fundo Constitucional em termos relativos, e a situação de agora. Em outro quadro a gente demonstraria, e aí não tem argumento, que em algumas unidades da Federação os policiais ganham mais do que em Brasília. Em outro se acostaria estatística, demonstrando que a polícia de Brasília, em termos de resultado, é a melhor do País. Faríamos um quadro demonstrativo de cada ponto positivo desse, entregaríamos ao governador sugerindo a ele, dadas todas essas informações, que fizesse uma exposição de motivos para o Executivo Federal solicitando esse reajuste. Eu sei que está havendo alguns impasses, pelo menos pelas informações que nos chegam, porque dizem que, se derem aumento para a Polícia Civil, terão que dar aumento para a Polícia Militar, senão vão desagradar a Polícia Militar. Eu acho que isso não é importante.

No caso da Polícia Militar, tem que se fazer uma análise dessas estatísticas, dessa evolução salarial e, se for solicitado e for justo, que a Polícia Militar também tenha esse reajuste. Acho que está faltando... Não existe nenhum fundamento, Deputado Joe Valle, que justifique um policial civil do Distrito Federal estar ganhando menos do que um policial de outra unidade da federação. Então, só esse argumento já seria necessário para convencer o Executivo Federal e o Congresso Nacional a concederem a equiparação com a Polícia Federal. Inclusive isso já foi fundamento de decisão presidencial em que se disse que não se poderia dar reajuste para a Polícia Civil porque isso quebraria o parâmetro com a Polícia Federal. Então, já existe essa jurisprudência.

Portanto, quero parabenizar V.Exa. Acho que temos que tirar esse aspecto raivoso e fazer uma construção, uma engenharia inteligente, porque o que interessa mais não só para os policiais civis do Distrito Federal, mas principalmente para a população e para o governo, que precisa de uma Polícia Civil organizada, competente, eficiente e dedicada, é que seja dada essa equiparação com a Polícia Federal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. É exatamente isso. Gostaríamos que o Governador ouvisse V.Exa. por cinco minutos. Não é que a Polícia Civil não pode ganhar menos do que as de outros estados. Ela não pode ganhar menos do que a Polícia Federal, porque nós temos uma isonomia histórica e legal. Isso está escrito. Não podemos quebrar esse paradigma. Isso é que não pode acontecer.

Tudo que V.Exa. colocou aqui já foi feito. Todos esses quadros demonstrativos já foram apresentados. A única coisa que falta agora, Deputado, é o Governador pegar essa mensagem e enviar ao Governo Federal. Não falta mais nada. Falta apenas boa vontade política do Sr. Governador, e ele não quer fazer. O que falta agora é ele encaminhar a bendita mensagem. E ele insiste. O que ele quer? Ele quer uma categoria humilhada, desrespeitada. Essa é a única resposta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu vou repetir aqui o que eu já falei dessa tribuna várias vezes. V.Exa. sabe que os policiais civis do Distrito Federal estavam em um processo de negociação na época do Governo Agnello e do Governo Dilma. E o Ministério do Planejamento, na época, pediu a compreensão dos policiais civis do Distrito Federal dizendo que não poderia encaminhar o projeto de aumento dos policiais civis enquanto não mandasse o da Polícia Federal.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Exatamente. Bem lembrado. Foi isso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – E o Governo Federal assumiu o compromisso de, na hora de encaminhar o reajuste da Polícia Federal, encaminhar junto, como é tradição, o da Polícia Civil do Distrito Federal. Isso, por consequência, atingiria também os ex-territórios, que agora são estados. Cada um deles têm três senadores. Por exemplo, o Estado do Amapá tinha até o Senador Sarney, que tinha muito poder. Portanto, sempre que saía um aumento para a Polícia Federal, saía para a Polícia Civil do Distrito Federal e para os remanescentes dos ex-territórios.

Eu já disse e vou repetir aqui, Deputado Wellington Luiz: quando alguém casa com a viúva, herda os filhos. O Governo do Distrito Federal sabia desse entendimento do Ministério do Planejamento, e o Governo Federal também sabe. Um governo é continuidade de outro. Portanto, eu pergunto a V.Exa.: o que tem que ser feito imediatamente para se cumprir o que foi acertado com os policiais, porque eles tiveram a paciência, suspenderam o movimento, esperando que fosse o reajuste da Polícia Federal? Tem-se que encaminhar o reajuste da Polícia Civil, para se cumprir o acordo que foi feito.

Acordo é acordo. Portanto, se há alguém quebrando acordo, não são os policiais civis. Se há alguém intolerante, não são os policiais civis. E a tradição é o

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

salário da Polícia Civil do Distrito Federal idêntico ao salário da Polícia Federal. Sempre foi assim desde que a Polícia existe. Quando quiseram tirar uma gratificação que iria diferenciá-los – eu tinha acabado de ser eleito Deputado Federal –, ocorreu um tirotaço. V.Exa. está lembrado disso. Imediatamente o ministro da época – eu fui conversar com ele pessoalmente – assumiu o compromisso de restabelecer, mas não podíamos dizer para a categoria que ele ia restabelecer. Em três dias, ele restabeleceu.

Portanto, o que tem que ser feito agora? A mensagem para encaminhar o projeto do Governo Federal para reajustar o salário dos policiais civis.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É isso aí.

Deputado, vou dar um detalhe a mais para V.Exa. V.Exa. lembrou-nos bem dos ex-territórios. Aos ex-territórios, atuais estados, já foi encaminhado também. Então, só está faltando a gente!

Eu acho que agora o que esta Casa tem que fazer é a sua parte. Já que o Governador não faz a dele, nós temos que fazer a nossa: continuar em obstrução até que o Governador cumpra a parte dele. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde aos policiais civis aqui presentes.

Senhoras e senhores, peço licença aqui para falar de um assunto um pouco distante das demandas pelas quais vocês estão aqui, mas eu seria omissos se não abordasse tal tema.

Lá em Taguatinga, em Taguatinga Sul mais precisamente, há um espaço que é conhecido como o Beco da Cultura, mais precisamente o antigo Mercado Sul de Taguatinga, na região Samdu. Aquele espaço ficou, por décadas, abandonado e precarizado. Não preciso dizer aqui o que era feito num espaço abandonado e precarizado. Vocês policiais civis têm muito conhecimento do que acontece nesses espaços. Mas, na última década, mais precisamente, paulatinamente o espaço vem sendo revitalizado, sem qualquer intervenção do Poder Público, por artistas, artesãos, cooperativas de movimentos culturais diversos, que literalmente revitalizaram aquele espaço. Revitalizar no sentido de dar vida: o que era droga, o que era lixo, o que era sujeira deu espaço à vida literalmente, à vida cultural daquela região. E essa mudança foi tão significativa e expressiva que uma rede de televisão local muito conhecida até fez um programa apontando o Beco da Cultura como um

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

espaço de turismo e de cultura de Taguatinga e do Distrito Federal. Eu posso falar isso com muita clareza porque sou morador de Taguatinga Sul, vizinho do espaço, frequentador do espaço, tanto para ver os movimentos culturais, quanto para tomar uma boa cerveja gelada.

Mas tudo aquilo que era abandonado e que agora ganhou vida corre o risco de destruição, porque, na última semana, um fiscal – vou aqui perdoar o órgão – da Agefis, achando-se mais policial que os policiais aqui presentes, de forma absolutamente arbitrária, discriminatória e opressiva, mandou lacrar vários espaços dizendo que lá era local de tráfico de droga, de prostituição e de outras coisas. E, por conhecer o espaço, eu saio em defesa e digo que não é!

Aí, senhoras e senhores, quero aqui ressaltar que o policial militar que acompanhava a ação se portou de maneira absolutamente civilizada, educada e dentro da legalidade, sem fazer julgamento prévio do que ali estava acontecendo.

Aproveito que o Deputado Cláudio Abrantes, um grande defensor dos policiais civis e também da cultura, acaba de chegar e deixo aqui dois conselhos: o primeiro é para a Agefis, Deputado Cláudio Abrantes. Os fiscais da Agefis, Deputado Agaciel Maia, têm de passar por um curso de relações humanas, de relações interpessoais e, acima de tudo, de civilidade. Eles precisam entender que não são policiais. Eles são fiscais administrativos em boa medida.

O segundo é para o nobre Deputado Joe Valle, grande Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que acompanha esse caso. O que está acontecendo lá é uma violação não somente ao segmento da cultura, que gera emprego e renda em um espaço que antes era abandonado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, primeiro quero parabenizar V.Exa. por essa colocação. Eu gostaria de fazer uma sugestão ao plenário e à Mesa: que façamos uma moção de repúdio a essa ação desse fiscal, porque o que os artesãos têm feito naquele beco é uma reconstrução, uma revisitação de um processo de cidadania muito claro, que é exemplo para o Estado. Então, é inadmissível que isso aconteça, que isso ocorra.

Esse é um trabalho que o senhor, o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Cláudio Abrantes, a Deputada Luzia de Paula, enfim, todos os Deputados que trabalham nessa área conhecem. Todos conhecem o trabalho feito naquela região e têm a exata noção do que acontece lá. Certamente, há um desconhecimento completo da parte desse fiscal.

Eu gostaria de acompanhar V.Exa. nesse processo e pedir também ao nosso Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar que façamos um acompanhamento dessa questão, porque isso é inadmissível. Vamos, então, fazer essa moção de repúdio à Agefis, no sentido de que seja dado um tratamento diferenciado a quem precisa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, parablenzo V.Exa. pelo assunto trazido a essa tribuna. Assim como o senhor, também conheço aquele espaço. E o conheci também no passado. Por isso quero aqui me somar. Estou também, juntamente com o Deputado Joe Valle, a favor desta moção de repúdio.

Hoje aquele espaço abriga vários segmentos da cultura, e não pode acontecer esse tipo de postura dentro de um governo que está ao lado da cultura. Um povo que não respeita a cultura é um povo sem história.

Em Taguatinga, aquele espaço abriu as portas não somente para a cultura de Taguatinga, mas para a cultura de todo o Distrito Federal e do Brasil. Hoje, está localizado lá o Clube da Viola Caipira, que representa os violeiros caipiras de todo o Brasil. Todos estão lá, fazendo o seu trabalho com oficinas de construção de violas e muitos outros produtos trabalhados pelos artesãos da viola na cultura.

Então, parabéns a V.Exa. pela defesa de um espaço revitalizado, de um espaço que hoje tem uma alma diferente do que foi há bem pouco tempo e sem a necessidade de recursos do Estado para revitalização. Foram recursos de quem realmente percebe a importância da cultura em todos os seus segmentos.

Obrigada pelo aparte.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Eu é que agradeço o aparte de V.Exa.

Concluo dizendo o óbvio: nesse contexto de alto índice de desemprego em que vivemos, mais acentuado no segmento cultural, que é um dos primeiros atingidos em momento de economia fragilizada, destruir um espaço que está gerando renda e emprego é ir na contramão do processo. Fica aqui o recado. Nós acompanharemos *pari passu* tudo que for acontecendo ali.

Quero deixar claro que não sou crítico da ação da Agefis como instituição. É uma instituição necessária. Sou crítico da ação de um fiscal que extrapola as suas funções. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Agradeço ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso, como Líder do Governo.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero saudar os meus colegas da Polícia Civil do Distrito Federal, a melhor polícia deste país. (Palmas.)

Está aqui o Deputado Delmasso, como Líder do Governo, e ele tem toda a propriedade para fazer isso. Mas quero dizer que a gente acabou de receber a informação de que o Secretário da Casa Civil, Sérgio Sampaio, ligou para o sindicato, a fim de marcar a reunião com a categoria. A reunião está marcada para hoje, às 18h30min. Corrigindo, amanhã, às 18h30min.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, membros da imprensa, antes de mais nada, quero aqui saudar todos os policiais civis do Distrito Federal e dizer que, como Deputado, independentemente da função que estou exercendo na Liderança do Governo, apoio a causa de vocês, que, na minha avaliação, não desmerecendo as outras categorias que também têm seu direito, foram injustiçados nos últimos anos.

A Polícia Civil foi uma das poucas categorias que não teve o aumento no seu salário e é hoje a melhor do nosso país. Não podemos perder essa condição de não só ter a melhor polícia do País, mas também de ter a melhor polícia mais bem paga do País. Não somente por ser a polícia do Distrito Federal, mas da Capital da República. Vocês precisam ter a melhor remuneração, sim.

Eu defendo, como Parlamentar, que a paridade com a Polícia Federal tem de ser respeitada, porque é um direito e foi uma conquista. É uma conquista de cada um dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal.

Quero parabenizar vocês pela mobilização, Deputado Wellington Luiz, e pela unidade de todos os sindicatos na luta pelos seus direitos. Parabéns à Polícia Civil do Distrito Federal! Parabéns aos seus representantes!

Quero, ainda, enaltecer o trabalho do Deputado Wellington Luiz e o trabalho do Deputado Cláudio Abrantes. Um sendo da Oposição; o outro, da Base, mas, acima de tudo, defendendo os interesses institucionais da Polícia Civil do Distrito Federal.

O Deputado Cláudio Abrantes já trouxe a notícia sobre a questão da reunião. Tenho muita esperança de que, dessa reunião, Deputado Joe Valle, vá sair uma proposta concreta de encaminhamento dessa mensagem ao Presidente Michel Temer, para que se possa encaminhar ao Congresso Nacional a questão da paridade com a Polícia Federal. Comungo dessa defesa.

E digo mais, Deputado Wellington Luiz: tenho certeza de que, se esse projeto de lei dependesse desta Casa, já teria a unanimidade de votos no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Se dependesse desta Casa, a essa proposta, também já teria sido feita uma construção. Mais uma vez, com todo o respeito que temos com as outras categorias, que já conquistaram o direito de terem os seus

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

aumentos, é necessário que a Polícia Civil também formalize esse direito, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Enfim, quero mais uma vez parabenizar a Polícia Civil.

Peço licença para discorrer sobre outro assunto. Eu queria trazer uma boa notícia, Deputado Joe Valle, aos moradores da Cidade de Ceilândia: começou ontem, Deputada Luzia de Paula, a décima operação do programa Cidades Limpas naquela região administrativa. É a décima edição do programa criado em novembro do ano passado e, pela segunda vez, indo agora para a cidade de Ceilândia.

De ontem até 31 de março, quinze órgãos e empresas públicas do Governo de Brasília executarão um conjunto de ações: tapa buraco, limpeza de galerias de águas pluviais, capina, poda de árvores, recolhimento de galhos e entulhos, revitalização de faixas de pedestres e sinalização, pintura de meio-fio, desobstrução de boca de lobo, reparo da rede elétrica e a iluminação pública. E além de tudo isso — Deputada Luzia de Paula e Deputado Chico Vigilante, que estão em plenário e militam e fazem o seu trabalho pela Ceilândia — o combate ao mosquito *aedes aegypti* e outros vetores de doenças.

Esta edição na Ceilândia inaugura a integração de um posto avançado da Polícia Civil para emissão de primeira e segunda vias da carteira de identidade. Por isso, reforço, uma vez mais, a importância da demonstração de valorização dessa categoria. A partir de agora, este serviço do programa Identidade Solidária será oferecido simultaneamente com outras iniciativas do programa Cidades Limpas.

O programa Cidades Limpas reforça ações cotidianas desenvolvidas pelas administrações regionais e outros órgãos, mas, como funciona em forma de mutirão, consegue a melhoria do meio ambiente urbano num curto período e com impacto direto na qualidade de vida dos moradores.

Os resultados podem ser sentidos, por exemplo, com os registros de dengue no último Boletim Epidemiológico emitido pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Houve uma redução de casos nas cidades por onde passou o Cidades Limpas, principalmente em Brazlândia, que, no ano passado, era campeã e saiu de 1.398 registros para apenas dois nos primeiros meses do ano. Estou seguro em atribuir essa redução drástica no número de pessoas que adoeceram com dengue ao trabalho do programa Cidades Limpas, que passou duas vezes por Brazlândia.

Nas operações, são recolhidos entulhos das ruas, e agentes da vigilância ambiental e do Corpo de Bombeiros vistoriam casas para identificar prováveis focos do mosquito da dengue e orientar os moradores sobre medidas de prevenção. Na sequência, as equipes da administração regional onde se desenvolve a operação, com ajuda da Novacap e do SLU, retiram resíduos das áreas visitadas.

Toda essa estratégia integra a frente do Cidades Limpas no combate ao mosquito transmissor da dengue, da febre *chikungunya* e a do zika vírus. Nas nove operações finalizadas, foram vistoriados mais de 20 mil imóveis, removidas mais de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

25 mil toneladas de entulhos e mais de duas mil toneladas de galhos – materiais acumulados nas ruas e potenciais criadouros do mosquito.

– O Programa Cidades Limpas, coordenado pela Secretaria das Cidades, já passou por Brazlândia, Estrutural, Gama, Itapoã, Paranoá, Planaltina e São Sebastião e agora retorna à cidade de Brazlândia. E, como fez em todas as edições do programa, o nosso Governador participou da abertura de todas as operações e também na Ceilândia.

Aqui queria, Sr. Presidente, Deputado Wellington Luiz, trazer um informe importantíssimo porque V.Exa. foi um dos protagonistas nesta pauta: hoje saiu publicada a nova portaria do Secretário de Estado de Saúde que revogou a Portaria nº 94 referente à GTIT – Gratificação de Titulação, e essa construção foi feita com os sindicatos, com a Casa Civil e com a Secretaria de Estado de Saúde.

Quero ainda dar uma boa notícia: o Secretário de Saúde do Distrito Federal, Dr. Humberto Fonseca, Deputado Joe Valle, que foi ponto da comissão geral que aconteceu para discutir a Estratégia Saúde da Família, anunciou hoje que a GCET – Gratificação por Condições Especiais de Trabalho, que é a gratificação para os servidores que estão no centro de saúde, vai ser mantida para as equipes de transição do programa Saúde da Família. Até então, essa gratificação seria suspensa, Deputado Joe Valle, nas equipes de transição. Com a articulação da Câmara Legislativa, Sr. Presidente, o Secretário de Saúde, numa audiência, e por meio inclusive da minha fala, da minha solicitação e de vários Deputados, decidiu manter a GCET para os servidores da saúde que vão fazer parte da equipe de transição no programa Saúde da Família.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Delmasso e dizer a S.Exa. que a gente agradece, sim, ao governo por esse gesto, mas pode ter certeza absoluta de que, se não fosse a pressão desta Casa e a interlocução de S.Exa. com o governo, ele não teria se sensibilizado. O interessante é que fez e, enfim, teve um gesto louvável, a gente tem que parabenizá-lo.

Sr. Presidente, é claro que a gente fica feliz com a marcação dessa reunião para amanhã às 18h30min, mas cachorro mordido por cobra morre de medo de linguça. Essa reunião poderia ter sido marcada para hoje ou para amanhã de manhã. Quero deixar bem claro que amanhã continuo em obstrução. Eu só saio da obstrução depois que estiver definido o encaminhamento da proposta. (Palmas.)

Volto a dizer que a gente vai dar, sim, um voto de confiança, a gente espera que nessa reunião o governo encaminhe a proposta. Volto a dizer que não faço

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		15

questão de estar presente, a gente não precisa estar presente, o importante é que se encontre a solução. O que não pode acontecer é o que aconteceu na semana passada: na última hora, o Governador entendeu que não tinha que ter reunião, a gente desobstruiu a pauta, e de novo a gente foi traído pelo governo como aconteceu centenas de vezes.

Então, a gente não vai fazer isso. De minha parte vou continuar em obstrução até que veja a mensagem encaminhada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Concedo a Palavra ao Deputado Prof. Israel (Pausa.).

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Chico Vigilante – muito bem-vindo ao plenário, Deputado Juarezão –, gostaria de fazer uma leitura para mostrar a importância da Câmara, que tem se mostrado de forma muito clara, primeiro na comissão geral que aconteceu na semana passada nesta Casa, em que havia mais de oitocentas pessoas.

Nessa comissão, a Câmara Legislativa conseguiu reverter uma situação extremamente delicada para os servidores e para a população de Brasília. Por meio da ação da Câmara Legislativa, da intermediação, da mediação, nós conseguimos fazer essa reversão. Logicamente quem ganha é a população. Também houve a presença maciça dos interessados, diálogo aberto o tempo inteiro com sindicatos, com a Polícia Civil. Conseguimos, a partir dos legítimos representantes desses servidores que estão nesta Casa – e quero parabenizá-los –, o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Wellington Luiz, enfim, todos os Deputados, o Deputado Wasny, mas especialmente os dois primeiros, que são da categoria, nesse diálogo com o Governador, cumprimos a nossa função de mediação.

Então, vejo o papel que a Câmara tem cumprido de forma tranquila, bastante harmoniosa, mas muito firme. E aí, Deputado Wellington Luiz, quero só lhe dizer que ontem inclusive tivemos uma conversa com os representantes do sindicato e abrimos uma exceção a um projeto de lei que tem as emendas dos Deputados que precisam ser colocadas para que muitos eventos e muitas coisas aconteçam aqui no Distrito Federal. Que amanhã possamos, dentro da programação e do que foi combinado efetivamente no Colégio de Líderes, implementar essa votação.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, na tarde de hoje, abordar dois temas. O primeiro, Deputada Luzia de Paula, acredito ser um tema que tem a obrigação, por si só, de mexer com a Câmara Legislativa. Eu falo do Programa Cartão Material Escolar, implementado pelo ex-Governador Agnelo Queiroz. Na

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		16

época, cada família recebia 242 reais para adquirir seu material, dar dignidade à população mais carente, exatamente àqueles mais pobres. O Governador Rollemberg, alegando dificuldade financeira, baixou esse valor para 80 reais, o que é muito pouco, muito pouco.

Mas o que acontece agora? Para a nossa tristeza, ontem vi repercutir na *Rede Globo* que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios derrubou a lei, dizendo que a lei é inconstitucional, dizendo que tem que ser feita licitação para voltar a comprar aqueles produtos de péssima qualidade que eram distribuídos antigamente. Material escolar, é bom que o Ministério Público que entrou com ação de inconstitucionalidade saiba que há trezentos estabelecimentos comerciais credenciados para vendê-los, pequenas papelarias, grandes papelarias. Portanto, isso desenvolve a economia local e faz a distribuição de renda.

O que me assusta é que o mesmo tribunal que diz que a lei do Cartão Material Escolar é inconstitucional, Deputado Joe Valle, os juízes do Brasil inteiro, estão colocando na Lei Orgânica da Magistratura a obrigação de o Estado brasileiro, de nós, cidadãos, pagarmos o estudo dos filhos deles até os 24 anos de idade. Eles podem, eles podem receber. O pobre morador lá da Ceilândia, as donas de casa, muitas vezes mães solteiras, não podem ter o material escolar, Deputado Joe Valle.

Eu ficava olhando o orgulho daquelas mães quando iam à papelaria e passavam o cartão, ninguém sabia que era auxílio do governo. Aquilo dava dignidade! Na hora que voltar a fazer aquela licitação, para distribuir aquelas mochilas horrorosas... Por todos os lugares que os estudantes passam com aquelas mochilas, dizem: "Ali, vai o filho de um pobre". É mais uma maneira de carimbar todo o dessabor que já tem de ser pobre e ainda ficar carimbado que é pobre. Isso é inaceitável!

Portanto, Deputado Joe Valle, a Câmara Legislativa tem o dever, e eu encareço V.Exa. que é Presidente e o Deputado Wellington Luiz que é Vice-Presidente, de recorrer. Vamos até o Supremo Tribunal Federal provar a legalidade dessa lei e mostrar que os Deputados não fizeram demagogia com essa lei. Precisamos fazer isso imediatamente, temos que recorrer, a Câmara Legislativa tem que entrar com recurso, caso contrário é melhor fechar o Legislativo pois ele não tem mais importância nenhuma. A minha proposta é para garantir o cartão material escolar legal do jeito que ele é.

O segundo ponto que eu quero abordar aqui, Deputado Joe Valle, é a minha revolta, o meu repúdio, com a condução coercitiva que foi feita hoje, que, na verdade, foi um sequestro judicial feito ao jornalista e blogueiro Eduardo Guimarães, do *Blog da Cidadania*. Ele é um dos mais respeitados jornalistas do Brasil e hoje foi sequestrado judicialmente a pretexto de que ele teria vazado notícias. Eu pergunto: em que País estamos, aonde vamos chegar? Desde quando jornalista tem que dizer a fonte dele? Desde quando o jornalista tem que explicar por que vazou uma notícia?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		17

Jornalista que não vaza notícias, jornalista que não dá furos deve ter uma frustração muito grande na vida. O ápice do jornalista é exatamente dar um furo.

Portanto, Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu vou apresentar uma moção de solidariedade, que eu espero seja aprovada por unanimidade nesta Casa, ao jornalista Eduardo Guimarães, homem digno, respeitado e honesto. Vou fazer isso!

Eu quero, agora, por último, já falei num aparte na fala do Deputado Wellington Luiz, solidarizar-me com os policiais civis do Distrito Federal, homens e mulheres que desenvolvem tão bem a sua função – eu creio que, inclusive, meu amigo Sérgio deve estar por aí, que é um dos mais brilhantes policiais já aposentado que eu conheço. Eu espero efetivamente que o Governo do Distrito Federal, Governador Rodrigo Rollemberg, pare de ser cabeça dura e encaminhe a mensagem para que o Poder Executivo Federal encaminhe a equiparação com os policiais federais, para que vocês voltem efetivamente a ter o mesmo salário dos policiais federais. Aquela história, aquela fantasia de que aqui era o maior salário é mentira. Não é não! A única coisa que eu sei é que Brasília tem o maior custo de vida do País, por isso o trabalhador tem que ser bem remunerado. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para deixar aqui um recadinho para os Parlamentares, estão aqui com a nossa assessoria quatro emendas que nós iremos protocolar em relação ao projeto de lei que transforma o Hospital de Base em um instituto.

Essas emendas tentam minimizar o impacto do projeto para os trabalhadores que já estão lotados no Hospital de Base, para dar a garantia de que eles permaneçam por lá, e também para minimizar o impacto no processo de contratação, estabelecendo algumas regras para admissão, a fim de que o instituto não venha no futuro a virar um novo Instituto Candango de Solidariedade de cabides de emprego.

Então, são emendas para tentar dar mais moralidade ao projeto e mais segurança a ele. Os Parlamentares que tiverem interesse em ler as emendas e assiná-las, elas estão aqui.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou comunicar a V.Exa. e a esta Casa que vou ter que sair agora porque tenho uma

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

audiência no Ministério Público do Trabalho com o Dr. Valdir, Procurador do Trabalho, tratando também de questões de negociações salariais dos vigilantes do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, nesta tarde quero fazer uma saudação especial a todos os policiais civis que estão na galeria. (Palmas.). E que aqui, Sr. Presidente, representam todos os policiais civis que estão neste momento trabalhando nas delegacias, fazendo do Distrito Federal um lugar com mais segurança, um lugar onde a segurança tenha estabilidade.

Sr. Presidente, daqui a pouco vou entrar nessa questão da negociação salarial. Mas existe um fenômeno que o Brasil e o Distrito Federal precisam entender: que é o enfraquecimento da Polícia Civil Brasil afora e especificamente no Distrito Federal. Isso de forma deliberada pelos governos. Porque é muito mais fácil você não dar essa estabilidade para a segurança pública com outros efeitos.

A Polícia Civil tem um papel, Deputado Ricardo Valle, V.Exa. que acompanha e que luta também por esse pleito, primordial na estabilidade da segurança pública. Não adianta prender sem ter uma investigação consistente, uma investigação bem embasada para manter um marginal na cadeia. Não adianta, Sr. Presidente, não se fazer um trabalho sério, firme, de inteligência para impedir, como é impedido aqui no Distrito Federal, por décadas, que o crime organizado não se crie no Distrito Federal.

Então, essas são atividades da Polícia Civil. Mesmo nessa pancadaria toda em que os policiais vivem hoje de dificuldade e de efetivo, nós temos um efetivo hoje, Deputado Joe Valle, menor do que o nosso efetivo de 1993. Nós temos uma lei que foi editada em 2014 que permitia o aumento do efetivo da Polícia Civil, mas que nunca foi usado. Nunca foi usado porque nós não conseguimos sequer repetir o que a gente tinha em 2012. E nós não temos o devido respeito pelo Estado, pelo Governo do Distrito Federal, essa é a verdade!

A Polícia Civil ao longo dos últimos tempos... Não há no Distrito Federal, e falo aqui para qualquer servidor de qualquer outra categoria, uma categoria que tenha sido tão amassada e massacrada por uma falta de política de valorização e, principalmente, de reconhecimento da Polícia Civil no tocante à recomposição salarial. Não há no Distrito Federal. Nenhuma categoria pode vir e falar qualquer coisa da Polícia Civil porque, nos últimos anos, ela simplesmente recebeu zero, nada, e quando ela tinha a paridade como seu escudo, quando o Governo Federal anterior queria... Quando foi enviada uma mensagem ou levada a mensagem ao governo anterior lá na Presidência da República, para se dar uma recomposição salarial, o Governo Federal usou a paridade para não dar. O Governo Federal disse: "Não posso

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		19

dar paridade porque a Polícia Federal está em negociação; não posso dar reajuste para a Polícia Civil porque a Polícia Federal está em negociação”. Pois bem, essa negociação é concluída, a Polícia Federal tem o seu reajuste, a sua recomposição, e o que era para a gente um parâmetro hoje tornou-se uma barreira. Por quê? Não se pode dar a paridade com a Polícia Federal. Ora, a Polícia Civil apenas luta pelo que é seu de direito. É uma questão de justiça, é uma questão de legalidade, é uma questão de moralidade.

Como não reconhecer o valor de uma polícia que é a melhor polícia deste País! Que tem um índice de solução de homicídios acima de 60%, quando a média nacional é de 8%, Deputado Juarezão. A média nacional é 8%! São esses policiais que estão nesta galeria, são os policiais que estão nas delegacias, mesmo com essa luta de anos para ter uma recomposição digna, são eles que fazem essa polícia a melhor do País; estes senhores e senhoras que estão aqui e os que estão nas delegacias.

Então, Sr. Presidente, nesta tarde, quando a Câmara assume desde a semana passada um papel de obstrução, a Câmara simplesmente está fazendo um reconhecimento. Eu quero deixar claro que é uma notícia boa a reunião, é uma notícia boa, mas nós estamos, eu pessoalmente estou mantendo aqui o meu compromisso na obstrução até que avancemos. Não há de minha parte outra posição, por mais que eu possa respeitar os segmentos do governo, ou alguma coisa, mas, antes de tudo, há o respeito com estes senhores e senhoras que aqui estão.

Então, Sr. Presidente, esse histórico é importante para que sempre se fique na imagem, na cabeça de todo cidadão do Distrito Federal, que o que a polícia está fazendo não é um jogo para ganhar mais, não. Foi-se o tempo que a Polícia Civil do Distrito Federal era a melhor remunerada do País. Foi-se o tempo! Quando deveria ser, quando deveria ser com justiça a melhor remunerada do País, porque é a que tem a melhor produtividade, porque é a que com certeza vive do seu salário, porque é uma polícia que se dedica dia e noite e, mesmo no patamar que está hoje, no desrespeito que recebemos, ao ponto de a Câmara Legislativa ter que entrar em obstrução para que haja uma reunião, então temos uma ideia do problema que vivemos. Com todo respeito, esta Casa tem feito o seu papel.

Fico feliz, porque eu não estava aqui, Deputado, eu estava fora, mas, de onde eu estava, pedi que o nosso bloco votasse em conjunto pela obstrução. E esperamos que, a partir dessa reunião, venha – e aí, sim, é o que todos estes policiais esperam – algo concreto, que não seja mais uma reunião em que não se decida nada, que não seja mais uma reunião que se jogue para frente, ou que se façam condicionantes, ou o que quer que seja. Nós precisamos de algo que contemple essa categoria. Se tem alguém aqui que tem de bater palmas, são os Deputados que têm de bater palmas para todos vocês que estão aqui na galeria, isso é que é a verdade.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Eu gostaria de fazer um comunicado. Esta Presidência informa, Sras. e Srs. Deputados, que na reunião do Colégio de Líderes, em que estavam presentes os Deputados Prof. Israel, Delmasso, Prof. Reginaldo Veras, Cláudio Abrantes, Ricardo Vale, Telma Rufino, ficou decidido quais deliberações deverão ocorrer no dia de amanhã. A votação de todos os projetos constantes da ordem do dia, projetos de Deputados em segundo turno, para limparmos a pauta nesse sentido.

A votação dos vetos, ou seja, da derruba ou manutenção dos vetos indicados pelos Deputados, de projetos de Deputados, com exceção dos projetos de lei em que existam dúvidas em relação à constitucionalidade, que serão discutidos com os próprios autores dos projetos.

Uma votação extrapauta para aprovação das emendas apresentadas pelos próprios Deputados em um crédito da Lei Orçamentária Anual.

Comunicamos que o prazo para indicação dos Deputados que irão integrar a comissão especial de análise da proposta de emenda à Lei Orgânica, para os blocos colocarem os nomes até segunda-feira, com a proporcionalidade.

Por último, a questão da inclusão na Ordem do Dia – recebemos agora um ofício pedindo para postergar e vamos, provavelmente, aprovar – do Projeto de Emenda à Lei Orgânica que trata dos supersalários. Isso foi posto ontem e iremos colocar para amanhã.

Consulto se alguém quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso por cinco minutos.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retorno a esta tribuna para falar sobre uma operação da Polícia Federal que impactou o comércio exterior de todo País, a Operação Carne Fraca. Operação que foi deflagrada na semana passada e investiga os esquemas de pagamento de propina para liberação de certificados sanitários.

A ação revelou esquema de corrupção envolvendo fiscais do Ministério da Agricultura e produtores de carnes. Além de pagamento de propina a fiscais e partidos, a Polícia Federal também investiga a adulteração de produtos e a venda de carne vencida e estragada, tanto na importação como no comércio nacional. Os policiais, a Polícia Federal, sustentam que alguns fiscais do Ministério da Agricultura se omitiam em troca de favores imerecidos de, entre elas, as gigantes JBS, dona da Friboi, e a Brasil Foods – BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão. A suspeita é que alimentos de baixa qualidade, ou até estragados, estavam sendo vendidos no Brasil e

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 03 2017		15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA		21

no exterior. As duas empresas, as maiores processadoras de alimentos do mundo, negam as acusações.

O Ministro Blairo Maggi afirmou no final da tarde de ontem que proibiu, preventivamente, a exportação de carnes produzidas por 21 frigoríficos investigados na Operação Carne Fraca pela Polícia Federal. Segundo o ministro, a venda no mercado brasileiro está liberada, menos a exportação desses 21 frigoríficos, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Deputado Prof. Israel, aqui na Câmara, e mais uma vez, Presidente, fortalecendo a tese de que a Câmara Legislativa é uma casa de fiscalização, encaminhei à Mesa Diretora um requerimento que solicita à Vigilância Sanitária que fiscalize todos os distribuidores de carnes do Distrito Federal que recebam carnes dos frigoríficos em que foram suspensas as importações.

Aqui, eu quero fazer uma menção rápida dos 22 frigoríficos que tiveram a exportação suspensa pelo Ministério da Agricultura. Também pedimos que haja inspeção feita pela Vigilância Sanitária do Distrito Federal em todos esses distribuidores de carne para garantir duas coisas. Primeiro, Deputado Joe Valle, que o comerciante, o dono de supermercado, o dono do mercado, os donos dos restaurantes tenham segurança de que a carne que está sendo distribuída no Distrito Federal é de boa qualidade, e também para dar segurança ao consumidor de que a carne é de boa qualidade.

Nós pedimos, encaminhamos à Mesa Diretora, com base no art. 15, III, do Regimento Interno desta Casa, que se realize a inspeção nas distribuições dos seguintes frigoríficos: JBS, BRF, Frigorífico Oregon, Frango DM Indústria e Comércio de Alimentos, Seara Alimentos, Peccin Agro Industrial Frigorífico Argus, Frigomax, Indústria e Comércio de Carnes Frigosantos, Peccin Agro Industrial, JJZ Alimentos, Balsa Comércio de Alimentos Eireli, Madero Indústria e Comércio, Frigorífico Rainha da Paz, Indústria de Laticínios S.S.P.M.A., Breyer & Cia, Frigorífico Larissa, Central de Carnes Paranaense, Frigorífico Souza Ramos, E.H. Constantino & Constantino, Fábrica de Farinha de Carnes Castro, Transmeat Logística, Transportes e Serviços, Dagranja Agroindustrial.

Quero deixar claro, Sras. e Srs. Deputados, que isso aqui não é juízo de valor. O que nós estamos pedindo é única e exclusivamente para garantir a segurança alimentar de cada cidadão, de cada cidadã da Capital da República e também para garantir a segurança na venda e na comercialização que são feitas pelos estabelecimentos comerciais.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 03 2017	15h	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que retire de pauta o item nº 209.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que seja lida a questão com relação aos supersalários. Quero saber se a Mesa, se V.Exa. acata. Que seja lida na íntegra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu faço o acatamento ou não amanhã. Vou fazer uma avaliação completa do processo. A leitura já foi feita, e só vou fazer uma avaliação para ver como é o processo. Ok, Deputado? Será publicado amanhã.

DEPUTADO RICARDO VALE – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Consulto o Plenário se, nos Comunicados de Parlamentares, algum Parlamentar deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo nenhum Parlamentar que deseja usar a palavra e não havendo nada mais a discutir nesta sessão, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h31min.)